

Fundação Estatal de Saúde de Niterói do Estado do Rio de Janeiro

# FESAÚDE-RJ

Agente Comunitário de Saúde

FV062-N0

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.  
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo [sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br).

## **OBRA**

Fundação Estatal de Saúde de Niterói - RJ

Agente Comunitário de Saúde

EDITAL Nº. 01/2020

## **AUTORES**

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Conhecimentos Específicos - Profº Ana Luisa M. da Costa Lacida

## **PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO**

Leandro Filho

Aline Mesquita

## **DIAGRAMAÇÃO**

Rodrigo Bernardes de Moura

Thais Regis

## **CAPA**

Joel Ferreira dos Santos



[www.novaconcursos.com.br](http://www.novaconcursos.com.br)

[sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br)

# SUMÁRIO

## LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de Textos verbais e não-verbais. Fala, escrita e níveis de linguagem. Variação Linguística. Gêneros Textuais. Implicitude e explicitude das informações. ....	01
Ortografia. ....	11
Morfologia. ....	16
Sintaxe. ....	18
Figuras de Linguagem. ....	28
Pontuação.....	32

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Construção histórica do trabalho do ACS.....	01
Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário.....	01
Noções de ética e cidadania.....	04
Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento básico.....	06
Atuação do ACS nas diversas fases da vida: saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso	30
Doenças transmissíveis e sexualmente transmissíveis; Doenças transmitidas por vetores.....	86
Saúde Mental.....	106
Cadastramento familiar e Mapeamento.....	121
Diagnóstico comunitário.....	126
Pessoas portadoras de necessidades especiais: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais.....	127
Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.....	147
Estatuto do Idoso.....	147
Estatuto da Criança e do Adolescente.....	153
Abordagem comunitária: mobilização e participação comunitária em saúde;Atribuições do agente comunitário de saúde e legislação pertinente.....	210

# ÍNDICE

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Construção histórica do trabalho do ACS.....	01
Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário .....	01
Noções de ética e cidadania.....	04
Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento básico.....	06
Atuação do ACS nas diversas fases da vida: saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso	30
Doenças transmissíveis e sexualmente transmissíveis; Doenças transmitidas por vetores .....	86
Saúde Mental.....	106
Cadastramento familiar e Mapeamento .....	121
Diagnóstico comunitário.....	126
Pessoas portadoras de necessidades especiais: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais.....	127
Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas .....	147
Estatuto do Idoso.....	147
Estatuto da Criança e do Adolescente.....	153
Abordagem comunitária: mobilização e participação comunitária em saúde;Atribuições do agente comunitário de saúde e legislação pertinente.....	210

## CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO DO ACS

### Agente Comunitário de Saúde

Oficialmente implantado pelo Ministério da Saúde em 1991, o então Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) teve início no fim da década de 1980 como uma iniciativa de algumas áreas do Nordeste (e outros lugares, como o Distrito Federal e São Paulo). Na época, a iniciativa visava a buscar alternativas para melhorar as condições de saúde de suas comunidades. Era uma nova categoria de trabalhadores, formada pela e para a própria comunidade, atuando e fazendo parte da saúde prestada nas localidades.

Hoje, a profissão de Agente Comunitário de Saúde (ACS) é uma das mais estudadas pelas universidades de todo o País. Isso pelo fato de os ACS transitarem por ambos os espaços – governo e comunidade – e intermediarem essa interlocução. O que não é tarefa fácil.

O agente comunitário de saúde tem um papel muito importante no acolhimento, pois é membro da equipe que faz parte da comunidade, o que permite a criação de vínculos mais facilmente, propiciando o contato direto com a equipe.

Fonte: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/agente-comunitario-de-saude>

**Prezado candidato para completar seus estudos sobre este tópico, acesse o conteúdo complementar que disponibilizamos em [www.novaconcursos.com.br/retificacoes](http://www.novaconcursos.com.br/retificacoes)**

## AVALIAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO AMBIENTAL E SANITÁRIO

### CONCEITOS E INDICADORES DE NOCIDIDADE E INOCUIDADE

#### 1. VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A vigilância sanitária tem como missão, proteger e promover a saúde de toda a população. Para isso, desempenha papel no controle de bens, produtos e serviços que possam oferecer riscos à saúde do homem, como alimentos, cosméticos, medicamentos e produtos de limpeza.

Também realiza a fiscalização de escolas, hospitais, clubes, academias, parques e centros comerciais. E ainda, faz a inspeção de processos produtivos capazes de gerar riscos e danos ao trabalhador e ao meio ambiente.

Cabe a vigilância sanitária desenvolver e aplicar ações relacionadas ao controle e fiscalização dos seguintes bens, produtos e serviços de interesse a saúde:

- alimentos e bebidas, assim como seus insumos, embalagens, aditivos, contaminantes, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários;

- medicamentos de uso humano, assim como seus constituintes (substâncias ativas e insumos), processos e tecnologias;
- cosméticos, perfumes e produtos destinados para de higiene pessoal;
- produtos destinados à higienização e desinfecção de ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos;
- conjuntos, reagentes e insumos usados para diagnóstico;
- equipamentos e materiais odontológicos, médico-hospitalares e hemoterápicos, além daqueles usados em diagnóstico laboratorial e por imagem;
- sangue, hemoderivados e imunobiológicos, incluindo suas substâncias ativas;
- órgãos e tecidos humanos/veterinários utilizados em transplantes ou reconstituições;
- radioisótopos usados em diagnóstico in vivo, radiofármacos e produtos radioativos aplicados em diagnóstico e terapia;
- cigarros, charutos ou qualquer produto fumífero originado ou não do tabaco;
- qualquer produto (obtido por meio da engenharia genética ou submetido a fontes de radiação) que possa representar a possibilidade de risco à saúde;
- serviços voltados para a atenção ambulatorial, internação, apoio diagnóstico e terapêutico, assim como aqueles que envolvam a incorporação de novas tecnologias;
- serviços como creches, asilos, presídios, cemitérios, salões de beleza, cantinas e refeitórios escolares, academia de ginástica, clubes, entre outros;
- instalações físicas, equipamentos, tecnologias, ambientes e procedimentos envolvidos em todas as fases da produção de bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária (incluindo a etapa de descarte de resíduos).

#### 1.1 Conceitos em vigilância sanitária

Para compreender bem o papel da vigilância sanitária é indispensável conhecer o significado de alguns termos importantes como:

- controle e fiscalização;
- defesa e proteção da saúde;
- higiene;
- inocuidade;
- nocividade;
- qualidade;
- segurança;
- risco.

##### 1.1.1 Controle e fiscalização

Na vigilância sanitária, os termos controle e fiscalização muitas vezes se confundem, mas possuem significados diferentes.

O termo controle apareceu em 1961 no Código Nacional de Saúde e nas Normas Técnicas Especiais sobre Aditivos, publicadas juntamente com o Código, se ampliando ao controle dos processos de fabricação, venda, consumo etc.

No campo da vigilância, o termo controle possui significado amplo, incluindo desde a fiscalização até a regulamentação, ações educativas e ações de informações ao consumidor.

Normalmente, o termo controle é usado em ações sanitárias que envolvem pessoas, produtos, serviços, atividades e órgãos, visando garantir que estes sigam as normas pré-estabelecidas.

O termo também é utilizado para designar ações relacionadas a doenças, agravos e agentes nocivos ao homem (agentes animais e vegetais capazes de causar doenças ou prejuízos econômicos em atividades produtivas). Tais ações são avaliadas por meio de indicadores de incidência e prevalência com o objetivo de que sua frequência não fuja do que é considerado normal.

Já o termo fiscalização se refere a ação de verificar o cumprimento das normas estabelecidas e, geralmente, é usado na inspeção de estabelecimentos, atividades e ambientes.

Por ter sido incluído no nome da vigilância sanitária de 1920 até 1970, o termo fiscalização se confunde com a própria história do órgão federal. Em função disso, mesmo nos dias de hoje, muitos órgãos estaduais e municipais incluem o termo fiscalização em seu nome.



#### #FicaDica

O controle realizado pela vigilância sanitária inclui a licença, a autorização de funcionamento e o registro. Isso permite que a Administração Pública interfira nas atividades, garantindo que as mesmas sejam adequadas aos interesses da população.

### 1.1.2 Defesa e proteção da saúde

Relacionada à competência do Estado para legislar sobre a saúde da população, a expressão defesa e proteção da saúde apareceu nas Constituições de 1937, 1946, 1967 e 1988, ganhando maior destaque em 1950 com a criação do Ministério da Saúde.

Associado a diversas normas técnicas do Código de Saúde (normas de defesa e proteção da saúde relacionadas a alimentos, saneantes, cosméticos e produtos de higiene, correlatos entre outros), nos dias de hoje, com a ampliação da noção de defesa e proteção da saúde, o termo defesa e proteção da saúde aparece em inúmeras expressões, como por exemplo:

- a) defesa da saúde do consumidor;
- b) defesa e proteção da saúde do consumidor;
- c) defesa da saúde do usuário;
- d) proteção à saúde pública;
- e) proteção de direitos e bem-estar;
- f) defesa e proteção da saúde individual e coletiva;
- g) proteção do meio ambiente;
- h) proteção de florestas, de ambiente hídrico e de outros ecossistemas;
- i) proteção da qualidade ambiental;
- j) proteção da vida e saúde do homem, dos animais, das plantas e do meio ambiente.

### 1.1.3 Higiene

Relacionado à limpeza, o termo higiene está associado principalmente a locais, produtos alimentícios, manipulação de alimentos, meios de transporte e veículos utilizados para transportar produtos sujeitos à vigilância sanitária.

O termo se refere a uma das condições sanitárias exigidas para embarcações e áreas aeroportuárias, verificadas durante a inspeção sanitária.

Sempre presente em normas relacionadas a alimentos, o termo aparece como requisito indispensável não só do produto, mas também do local onde são produzidos, manipulados e envasados. Nesse contexto, a noção de higiene inclui a presença de contaminantes microbiológicos (bactérias, fungos), resíduos de pesticidas, entre outros.

Na vigilância sanitária, a higiene consiste em um preceito capaz de provocar o cancelamento, temporário ou definitivo, do registro de um alimento. Além disso, pode determinar a interdição ou a apreensão de alimentos e bebidas.

### 1.1.4 Inocuidade

O termo inocuidade se refere a algo que não causa dano à saúde, ou seja, que não é nocivo. Deve configurar como um dos atributos de produtos (cosméticos, medicamentos, alimentos etc.), materiais, equipamentos, utensílios e embalagens (utilizadas no preparo, na fabricação, no envasamento ou no acondicionamento de produtos).

No caso de alimentos, o termo está relacionado não só ao alimento, mas também aos aditivos (substâncias adicionadas), as embalagens, aos equipamentos e aos utensílios revestidos com determinados produtos e substâncias.

Já no caso de medicamentos e seus aditivos, o termo inocuidade aparece de forma incoerente nas normas de controle sanitário. Isso porque o termo significa algo inerte, inofensivo. E, embora o termo se aplique aos materiais empregados na fabricação de aparelhos, instrumentos, utensílios e vasilhames utilizados no preparo, fabricação, envasamento e acondicionamento de substâncias e produtos farmacêuticos, o mesmo não acontece quando se fala de fármacos e especialidades farmacêuticas (fármacos e especialidades farmacêuticas não são inertes, apenas não nocivo).

A inocuidade e a qualidade dos produtos são asseguradas por programas de autocontrole, como:

- a) Boas Práticas de Fabricação (BPF): condições e procedimentos (higiênico sanitários e operacionais) aplicados durante todo o processo de produção para assegurar a inocuidade dos produtos.
- b) Procedimento Padrão de Higiene Operacional (PPHO): procedimentos aplicados para evitar a contaminação dos produtos, preservando sua qualidade e integridade por meio de boas práticas de higiene realizadas antes, durante e depois de cada operação do processo de produção. O PPHO deve ser monitorado e verificado de forma rotineira.

- c) Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC): sistema que identifica, avalia e controla perigos que possam afetar a inocuidade de produtos de origem animal.

### 1.1.5 Nocividade

O termo nocividade significa o oposto de inocuidade, ou seja, é empregado para designar algo nocivo, capaz de causar danos à saúde. Assim, pode-se dizer que a noção de nocividade justifica a existência das ações do controle sanitário.

A vigilância sanitária intervém em atividades com o propósito de evitar que a possível nocividade de um produto, substância, determinada prática ou serviço possa prejudicar o ambiente ou a saúde da população.

No campo da vigilância sanitária, o termo nocividade também é aplicado para produtos e substância, considerados terapêuticos, que passam a ser prejudiciais à saúde.

Graças ao seu papel protetor e preventivo, diante de qualquer suspeita ou alegação de nocividade, a vigilância sanitária pode determinar a suspensão da fabricação e venda de qualquer produto ou substância que possa ser considerada nociva.



#### #FicaDica

A noção de nocividade tem sido empregada para impor medidas de controle como:

- a) a proibição da fabricação e do uso de substâncias como o lança-perfume;
- b) as restrições quanto ao uso de álcool e cigarro.

### 1.1.6 Qualidade

O termo qualidade representa um dos atributos esperados para bens materiais (produtos) e imateriais (serviços prestados por meio do trabalho) que tenham relação com a saúde, sendo de total responsabilidade do fabricante e do prestador de serviços.

É papel da vigilância sanitária realizar auditorias com o objetivo de verificar a qualidade de produtos e serviços. A qualidade de um produto, avaliada por meio de análises laboratoriais, representa uma das condições para concessão do seu registro.

Nos últimos anos, o termo qualidade também passou a ser utilizado na expressão "qualidade de vida".

### 1.1.7 Segurança

No dicionário, segurança significa estar protegido contra riscos, perigos e perdas. Nos textos normativos, o termo aparece ligado a categorias como trabalho, espaço, saúde e poder do Estado.

O termo apareceu inicialmente em 1961, relacionado ao trabalho e ao meio ambiente. Em 1976, na Lei 6.360, apareceu como segurança sanitária, determinando a suspensão da fabricação e venda de produtos com suspeita de serem nocivos à saúde.

Nos últimos anos, o termo tem sido empregado não só nas leis de agrotóxicos e de biossegurança, mas também nas normas sobre as indústrias do âmbito do Mercosul. Além disso, o termo tem estado associado às preocupações em relação aos produtos transgênicos.

### 1.1.8 Risco

O termo risco apareceu inicialmente no Código Sanitário de 1961 e normalmente, está associado à probabilidade de acontecerem eventos adversos.

Frequentemente, o termo é utilizado para indicar perigo ou ameaça (com relação, por exemplo, ao efeito nocivo de agrotóxicos e inseticidas).

Na legislação mais atual, é possível observar a presença do termo empregado na forma de expressões como:

- a) fatores de risco;
- b) grau de risco;
- c) potencial de risco;
- d) grupos de risco;
- e) gerenciamento de risco;
- f) risco potencial (expressão usada nas avaliações de qualidade e segurança dos produtos, de segurança do trabalhador e de interação entre o trabalhador, os produtos e os processos de fabricação).

No campo da vigilância, fala-se em risco sanitário. Essa expressão pode ser definida como a propriedade de uma determinada atividade, serviço ou produto causar efeitos nocivos ou prejudiciais à saúde do homem. Dessa forma, a noção de risco sanitário passa a ideia de ameaça à saúde e vulnerabilidade da saúde do homem.



#### #FicaDica

Risco sanitário está relacionado a um potencial dano à saúde e a possibilidade de que um perigo possa vir a causar um evento adverso. Veja a relação entre risco, perigo e evento adverso a seguir:

- a) Risco: é a maneira de avaliar um perigo.
- b) Perigo: é a condição que pode ser verificada
- c) Evento adverso: é qualquer efeito não desejado que ocorre no homem.

Os riscos sanitários estão classificados em cinco tipos:

- a) Riscos ambientais:** diz respeito à água indicada para consumo, ao lixo (de origem doméstico, hospitalar ou industrial), à poluição (do ar, do solo e da água de mananciais) e a presença de insetos ou animais capazes de transmitir doenças.
- b) Riscos ocupacionais:** diz respeito ao ambiente de trabalho.
- c) Riscos iatrogênicos:** estão relacionados ao uso dos serviços de saúde e aos tratamentos médicos.
- d) Riscos institucionais:** diz respeito às condições físicas, higiênicas e sanitárias de estabelecimentos como hotéis, creches, saunas, salões de beleza entre outros.

e) **Riscos sociais:** diz respeito às condições familiares, financeira e afetivas de cada indivíduo, assim como sua inserção na sociedade.



## EXERCÍCIOS COMENTADOS

**1. (MAPA – AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA – MÉDIO – CONSULPLAN – 2014)** As modernas legislações dirigidas ao controle sanitário de alimentos exigem a execução de programas de autocontrole como requisitos básicos para a garantia da inocuidade dos produtos expostos ao consumo da população. Sobre os programas de autocontrole, analise as afirmativas.

- I. BPF e PPHO são pré-requisitos básicos para o APPCC.
- II. APPCC é uma ferramenta de controle das condições críticas do ambiente, das instalações e da higiene.
- III. BPF é um conjunto de normas referentes ao processo e procedimentos corretos que devem ser seguidos na preparação e industrialização de alimentos.
- IV. PPHO inclui o desenvolvimento de um plano escrito de normas que devem ser monitoradas de forma rotineira, prevendo ações corretivas em caso de desvios dos limites estabelecidos no programa.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) II e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.

**Resposta: Letra D.** As Boas Práticas de Fabricação (BPF) e os Procedimentos Padrão de Higienização Operacional (PPHO) são pré-requisitos básicos para a Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). Boas Práticas de Fabricação (BPF): condições e procedimentos (higiênico sanitários e operacionais) aplicados durante todo o processo de produção para assegurar a inocuidade dos produtos. As BPF são condições e procedimentos (higiênico sanitários e operacionais) aplicados durante todo o processo de produção para assegurar a inocuidade dos alimentos. O PPHO deve ser monitorado de forma rotineira para evitar a contaminação dos produtos, preservando sua qualidade e integridade.

**2. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAFAEL-RN – AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – MÉDIO – UFRN – 2016)** Na atividade de vigilância sanitária, o conceito de nocividade, daquilo que pode causar danos à saúde das pessoas, está no fundamento das ações de controle sanitário. Todo aparato técnico-jurídico sanitário se volta para a restrição ou a proibição de produtos e serviços que sejam nocivos à saúde. Em vigilância sanitária, a noção do que não causa danos à saúde, do que não é nocivo, corresponde ao conceito de:

- a) higiene.
- b) risco.

- c) controle.
- d) inocuidade.

**Resposta: Letra D.** O termo inocuidade se refere a algo que não causa dano à saúde, ou seja, que não é nocivo. Portanto, essa é a alternativa correta.

**3. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS-PI – TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA – MÉDIO – COPESE – 2016)** De acordo com a Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) A propriedade que tem uma atividade, serviço ou substância de produzir efeitos nocivos ou prejudiciais na saúde humana, faz referência

- a) à resiliência.
- b) ao risco sanitário.
- c) à nocividade.
- d) à ineficácia.
- e) ao agente causal.

**Resposta: Letra B.** O termo risco sanitário pode ser definido como a propriedade de uma determinada atividade, serviço ou produto causar efeitos nocivos ou prejudiciais à saúde do homem.

## NOÇÕES DE ÉTICA E CIDADANIA

A ética tem sido um dos temas mais trabalhados nos últimos tempos, pois a corrupção, o descaso social e os constantes escândalos políticos e sociais expostos na mídia diariamente suscitam que a sociedade exija o resgate de valores morais em todas as suas instâncias, sejam elas políticas, científicas ou econômicas. Desse conflito de interesses pelo bem comum ergue-se a ética, tão discutida pelos filósofos de toda a história mundial.

Ética é uma palavra com duas origens possíveis. A primeira advém do grego éthos, literalmente “com e curto”, que pode ser traduzida por “costume”; a segunda também se escreve éthos, porém se traduz por “com e longo”, que significa “propriedade do caráter”.

Conceitua-se Ética como sendo o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal. É um conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano.

A Ética é a parte da filosofia que aborda o comportamento humano, seus anseios, desejos e vontades. É a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes e de uma forma específica de comportamento humano, envolvendo estudos de aprovação ou desaprovação da ação dos homens. É a consideração de valor como equivalente de uma medição do que é real e voluntarioso no campo das ações virtuosas. Ela ilumina a consciência humana, sustenta e dirige as ações do homem, norteando a conduta individual e social.

Como um produto histórico-cultural, define em cada cultura e sociedade o que é virtude, o que é bom ou mal, certo ou errado, permitido ou proibido.

Segundo Reale (1999, p. 29), “ética é a ciência normativa dos comportamentos humanos”.

Já Maximiano (1974, p. 28) a define como “a disciplina ou campo do conhecimento que trata da definição e avaliação de pessoas e organizações, é a disciplina que dispõe sobre o comportamento adequado e os meios de implementá-lo, levando-se em consideração os entendimentos presentes na sociedade ou em agrupamentos sociais particulares”.

### Ética e cidadania

As instituições sociais e políticas têm uma história. É impossível não reconhecer o seu desenvolvimento e o seu progresso em muitos aspectos, pelo menos do ponto de vista formal.

A escravidão era legal no Brasil até 120 anos atrás. As mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar apenas há 60 anos e os analfabetos apenas há alguns anos.

Chamamos isso de ampliação da cidadania.

Existem direitos formais (civis, políticos e sociais) que nem sempre se realizam como direitos reais. A cidadania nem sempre é uma realidade efetiva e nem sempre é para todos. A efetivação da cidadania e a consciência coletiva dessa condição são indicadores do desenvolvimento moral e ético de uma sociedade.

Para a ética, não basta que exista um elenco de princípios fundamentais e direitos definidos nas Constituições. O desafio ético para uma nação é o de universalizar os direitos reais, permitido a todos cidadania plena, cotidiana e ativa. É preciso fundar a responsabilidade individual numa ética construída e instituída tendo em mira o bem comum, visando à formação do sujeito ético. Desse modo, será possível a síntese entre ética e cidadania, na qual possa prevalecer muito mais uma ética de princípios do que uma ética do dever. A responsabilidade individual deverá ser portadora de princípios e não de interesses particulares.

### Ética do exercício profissional

#### Diferença entre Ética E Moral

É de extrema importância saber diferenciar a Ética da Moral. São duas ciências de conhecimento se diferenciam, no entanto, tem muitas interligações entre elas.

A moral se baseia em regras que fornecem uma certa previsão sobre os atos humanos. A moral estabelece regras que devem ser assumidas pelo homem, como uma maneira de garantia do seu bem viver. A moral garante uma identidade entre pessoas que podem até não se conhecer, mas utilizam uma mesma referência de Moral entre elas.

A Ética já é um estudo amplo do que é bem e do que é mal. O objetivo da ética é buscar justificativas para o cumprimento das regras propostas pela Moral. É diferente da Moral, pois não estabelece regras. A reflexão sobre os atos humanos é que caracterizam o ser humano ético.



#### #FicaDica

ÉTICA	MORAL
Trata da reflexão filosófica sobre a moral.	Tem caráter de força normativa.
É permanente.	É temporária
É princípio	Representa aspecto de conduta específica
Ciência que estuda a moral.	Relacionada com hábitos e costumes de alguns grupos sociais.

- ✓ Ter Ética é fazer a coisa certa com base no motivo certo.
- ✓ Ter Ética é ter um comportamento que os outros julgam como correto.

A noção de Ética é, portanto, muito ampla e inclui vários **princípios básicos** e transversais que são:

#### Integridade

- Devemos agir com base em princípios e valores e não em função do que é mais fácil ou do que nos trás mais benefícios

#### Confiança/Credibilidade

- Devemos agir com coerência e consistência, quer na ação, quer na comunicação

### Responsabilidade

- Devemos assumir a responsabilidade pelos nossos atos, o que implica, cumprir com todos os nossos deveres profissionais.

### Justiça

- As nossas decisões devem ser suportadas, transparentes e objetivas, tratando da mesma forma, aquilo que é igual ou semelhante.

### Lealdade

- Devemos agir com o mesmo espírito de lealdade profissional e de transparência, que esperamos dos outros

### Competência

- Devemos apenas aceitar as funções para as quais tenhamos os conhecimentos e a experiência que o exercício dessas funções requer.

### Independência

- Devemos assegurar, no exercício de funções de interesse público, que as nossas opiniões, não são influenciadas, por fatores alheios a esse interesse público.

Abaixo, alguns **Desafios Éticos** com que nos deparamos diariamente:

1. Se não é proibido/ilegal, pode ser feito – É óbvio que, existem escolhas, que embora, não estando especificamente referidas, na lei ou nas normas, como proibidas, não devem ser tomadas.
2. Todos os outros fazem isso – Ao longo da história da humanidade, o homem esforçou-se sempre, para legitimar o seu comportamento, mesmo quando, utiliza técnicas eticamente reprováveis.

A postura ética e profissional é um componente importante para imprimir qualidade ao atendimento, qualquer que seja a modalidade: presencial, por telefone, por carta ou por Internet.

A postura ética também é fator que agrega valor à organização e que está diretamente relacionado às representações positivas que os usuários venham a construir a respeito da organização.

## NOÇÕES BÁSICAS DE EPIDEMIOLOGIA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

### CONCEITOS DE EPIDEMIOLOGIA- HISTÓRIA NATURAL DA DOENÇA

Vigilância Epidemiológica: Conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. (lei 8080/1990)

1. Epidemiologia: estuda a distribuição dos problemas de saúde em populações.
2. Epidemiologia: é comumente definida como o estudo dos determinantes do processo saúde-doença em grupos populacionais.
3. Epidemiologia: palavra de origem grega, na qual:

epi=sobre.  
demos = população.  
logia= estudo.

Importante salientar o que os epidemiologistas estudam são os determinantes e as condições de ocorrência de doenças e agravos à saúde em populações humanas, empregados a diversas técnicas e métodos.

#### 1. Objetivo da Epidemiologia

Estudar as condições de saúde e a ocorrência de doenças na população, procurando identificar os fatores e a sua interdependência que influenciam essas condições e essas ocorrências, para tornar possível que se atue sobre eles, visando à melhoria das condições.